

HOMEM E NATUREZA: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM DIALÉTICA

Suimar João Bressan*

A crescente deterioração do meio-ambiente, um dos problemas cruciais para o futuro da civilização, adquire uma dimensão política incontornável. O tratamento da problemática ambiental como fenômeno social, a amplitude sem precedentes que esta questão assume nas sociedades contemporâneas, especialmente no capitalismo, e a compreensão dos recursos naturais como bem público constituem elementos imprescindíveis para uma análise que busque estabelecer relações de cooperação entre homem e natureza.

"Como vencer o oceano se é livre a navegação mas proibido fazer barcos?"

Carlos Drummond de Andrade

O MEIO AMBIENTE COMO QUESTÃO HISTÓRICO-SOCIAL

A questão ambiental não pode ser reduzida a um fenômeno natural. Compreendê-la implica em considerá-la como um fenômeno histórico-social, isto é, como produto da estrutura e do funcionamento de uma sociedade determinada.

O aparecimento do homem e, por conseguinte, da sociedade humana está diretamente ligado à capacidade desenvolvida por determinados seres de produzir a sua própria existência. Esta capacidade

supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio¹.

¹ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1978, p. 162.

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Ijuí, RS.

Na verdade, tal processo consiste numa ação conscien-

te do homem sobre a natureza e na permanente transformação desta em bens necessários à manutenção da vida humana.

A relação que se instaura entre homem e natureza expressa, ao mesmo tempo, um processo de humanização da natureza e de naturalização do homem. Em outras palavras, a natureza sofre a ação das leis do desenvolvimento social e o homem das leis naturais. Um processo produtivo assim instituído caracterizaria um equilíbrio dinâmico entre ambos. Ocorre, porém, que o homem, como ser capaz de produzir sua própria existência, autonomizou-se da natureza, subordinando-a às determinações do desenvolvimento da sociedade. A permanente ampliação do horizonte científico e tecnológico permite a criação de premissas para a emancipação do homem e, na mesma medida, em determinadas circunstâncias históricas, estimula o surgimento de forças destrutivas. Esta contradição produz uma situação em que criador e criatura perdem a identidade, tornando-se seres estranhos um ao outro².

A sociedade humana é uma estrutura que se organiza a partir da produção. Os modos de apropriação da natureza condicionam as diversas relações (econômicas, sociais, políticas, ideológicas) que os homens estabelecem entre si no processo de produção. Obviamente, tais relações que, no seu conjunto, constituem a estrutura social aparecem, na consciência humana reificada, como se cada uma fosse independente da outra.

A questão ambiental parece não se vincular à estrutura social, porém, se for concebida como totalidade, conseguir-se-á perceber que todos os impactos sobre o meio ambiente estão intimamente relacionados às estruturas sociais específicas. Portanto, a resposta às nossas indagações a respeito da natureza dos problemas ambientais está no caráter da estrutura social vigente, ou seja, nas relações que esta estrutura mantém com a natureza.

Os problemas ambientais, sob esta ótica, devem ser entendidos a partir da ruptura entre homem e natureza, a qual vai então subordinar-se unicamente às leis do desenvolvimento da sociedade humana. Cabe sublinhar que essa ruptura assume uma forma radical com a articulação do modo de produção capitalista, que tem como uma de suas características básicas a produção generalizada de mercadorias. Homem e natureza passam a ter um caráter essencialmente mercantil; ambos se transformam em mercadorias e a apropriação da natureza e dos bens dela originados somente tem sentido como ato econômico que pro-

² Ver MORAES, Antônio C. R. & COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica - a valorização do espaço*. São Paulo, HUCITEC, 1984 e QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

porciona a geração de lucro.

A novidade propiciada pelo capitalismo é que o lucro, socialmente produzido e individualmente apropriado, é reintegrado a um processo incessante de produção, que a concorrência impõe seja também crescente. Portanto, está na essência do capitalismo a necessidade de revolucionar permanentemente os meios de produção. Assim se compreende porque o homem (ou a sociedade) estabeleceu um modo de apropriação/dominação da natureza sem precedentes na história, destruindo a sua característica de bem público para adequá-la à lógica da acumulação privada.

É inerente ao desenvolvimento do capitalismo a concentração e a centralização de capitais. Os grandes conglomerados econômico-financeiros, resultantes desse processo, passam a comandar o sistema econômico que assume paulatinamente dimensão mundial. Quando as contradições do capitalismo extrapolam as fronteiras nacionais, os conflitos tornam-se mais agudos e globalizantes. A disputa por mercados e matérias-primas se intensifica. Apesar disso, o enorme e quase ilimitado potencial de desenvolvimento das forças produtivas e da planificação global deste sistema continua contrastando com a "anarquia da produção", determinada pela acumulação privada.

A internacionalização do capital requer, paralelamente, a homogeneização dos padrões de consumo, da cultura e da tecnologia. Constitui-se um sistema econômico mundial relativamente uniforme e hierarquizado. A questão ambiental, como exaustão progressiva dos recursos naturais e degradação do meio ambiente, reproduz-se, então, em escala planetária.

As instituições sociais – especialmente o Estado – são modeladas para atender aos desígnios da acumulação. É claro que elas não são blocos monolíticos; refletem as contradições e os conflitos que compõem a sociedade humana. Evidentemente estas questões não ocorrem automaticamente, na medida em que são processos engendrados pela ação concreta dos homens. Como cada sistema produtivo cria uma base social interessada na sua manutenção, qualquer modificação no referido sistema depende de mudanças na estrutura social (sociedade). Ora, isto implica em considerar que a introdução de um novo sistema produtivo capaz de recriar a unidade entre o homem e a natureza requer uma transformação da estrutura social como um todo.

O MEIO AMBIENTE COMO QUESTÃO POLÍTICA

A emergência da questão do meio ambiente como problema político é recente. Cientistas, empresários e lideranças políticas têm estimulado ampla reflexão sobre o futuro da humanidade, notadamente após a publicação do Relatório do Clube de Roma³. O documento chamava a atenção para os "limites do crescimento" que, sob o ponto de vista econômico, devia ser concebido como um processo condicionado pela esgotabilidade dos recursos naturais. Além disso, reforçava a tese malthusiana da incompatibilidade entre o ritmo de crescimento da população e o da produção. Esta visão evidencia que

³ MEADOWS, Donella et alii. *Os limites do crescimento*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

*a necessidade de adaptar a vida humana simultaneamente à capacidade de exploração dos sistemas biológicos da Terra e às restrições quanto às fontes renováveis de energia implicará uma nova ética social. A essência dessa nova ética é o ajuste no volume da população e na aspiração aos recursos e às capacidades da terra*⁴.

⁴ BROWN, Lester R. *O vigésimo nono dia*. Rio de Janeiro, FGV, 1980. p. 5

As preocupações preservacionistas da parte dos agentes sociais que se beneficiam com a manutenção do atual sistema produtivo começam a tomar corpo apenas quando a pressão sobre os recursos naturais renováveis e não-renováveis é tão grande que ameaça o próprio padrão de acumulação. Como foi referido, é pouco provável que tal contradição seja resolvida nos marcos do capitalismo, embora a história tenha demonstrado a profunda capacidade deste modo de produção em superar suas crises estruturais. Certamente a Revolução Científico-Tecnológica em desenvolvimento poderá redinamizar a acumulação capitalista e encaminhar soluções pontuais às questões ambientais.

São cada dia mais freqüentes os "acidentes" que, muitas vezes, provocam danos irreparáveis ao meio ambiente. Aliados aos incontáveis estudos realizados no mundo inteiro, estes fatos têm-se constituído no substrato para a articulação de um vigoroso movimento ecológico de caráter profundamente político, que abrange desde a visão ingênua que diviniza a natureza até as formas político-partidárias cujas propostas têm um evidente conteúdo anti-capitalista. O despertar da "consciência ecológica" e a sua materialização num movimento sócio-político é, para muitos, o fato novo com força para reconstruir as utopias, abaladas pela crise do mundo socialista e pela pretendida vitó-

ria final do capitalismo, como advoga o neoliberalismo.

A análise desenvolvida – vale repetir – considerou a determinância da estrutura social sobre os problemas ambientais ou a radical submissão da natureza à ação humana. Sob este prisma, a condição para o equacionamento dos problemas ambientais é a conformação de uma nova estrutura social, qualitativamente diferente, capaz de redefinir as relações homem/natureza. Cabe, agora, sumariar os aspectos principais dessa nova ordem, bem como traçar o caminho a ser percorrido pelas forças sociais interessadas em sua construção.

O primeiro e principal aspecto a ser considerado refere-se à vinculação da nova estrutura com a questão da democracia. A sociedade democrática não pode ser reduzida a um sistema que se caracterize pela plena vigência das liberdades públicas ou como uma forma de governo. A democracia precisa ser compreendida como um modo de organização da sociedade. Neste sentido, a premissa básica de um regime democrático é que os homens são mais livres porque são mais iguais e não o contrário. Como afirma Norberto Bobbio,

*a maior causa da falta de liberdade depende da desigualdade do poder, isto é, depende do fato de haver alguns que têm mais poder econômico, político e social que outros*⁵.

⁵ BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. UnB, 1988, p. 41.

⁶ *Idem*, p. 43.

Portanto, a democracia consiste numa "forma determinada de igualdade que é a igualdade do poder"⁶.

Uma sociedade que tenha como base a igualdade do poder, entendido não no sentido genérico e absoluto, mas na sua concreticidade que começa no poder político e termina no poder econômico ou vice-versa, representa, sem dúvida, uma transformação qualitativa do capitalismo. Com efeito, no próprio texto de Bobbio pode-se encontrar os delineamentos da nova sociedade:

para eliminar a chamada anarquia capitalista, proponha-se dirigir a economia através do planejamento e, para eliminar os abusos de poder conexos a toda a atribuição de maiores tarefas para o Estado, proponha-se alargar o controle democrático; que, numa palavra, queira ao mesmo tempo socializar o poder sem o enfraquecer e aumentar a eficiência do sistema, sem diminuir (ou até aumentando) os espaços da liberdade – uma socieda-

de deste tipo até agora ainda não foi vista ⁷.

⁷ *idem*, p. 71.

Uma sociedade assim constituída, além do controle popular sobre o Estado, deve criar novas formas de propriedade dos meios de produção, tendo em vista a necessidade de superar o domínio da esfera privada sobre todas as instâncias da vida social, inclusive sobre o Estado. A hegemonia do setor público, condição para que os cidadãos participem igualmente da definição dos negócios comuns, requer que a natureza selvagem e a natureza já modificada pelo trabalho humano seja instituída como bem público. Isto significa que a sua posse e uso devem subordinar-se ao interesse da maioria dos homens. A propriedade pode assumir formas privadas ou coletivas – estatais e não-estatais, porém o fundamental, neste modelo de sociedade, é o controle público sobre os investimentos, a produção e a distribuição dos bens⁸.

⁸ Ver PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁹ O Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas foi instituído em 1987, a partir da experiência exitosa e inovadora dos estados do sul do país, no trabalho de manejo e conservação do solo. A proposta tinha como premissas a propriedade como um todo e a relação das propriedades entre si numa área geográfica drenada por um sistema de cursos d'água que convergem para um leito ou espelho d'água – microbacia –, o que determinava a necessidade de se implementar práticas comunitárias.

A meta estabelecida pelo Programa Nacional era implantar 4.000 microbacias no período 1987/90, fato que não se concretizou. O Programa assumiu uma dimensão mais expressiva no Paraná, onde foram implantadas mais de 1.000 microbacias. No Rio Grande do Sul estão em execução 230, situadas em 112 municípios, abrangendo uma área de 222.000 ha.

O Programa Nacional está enfrentando sérias dificuldades em função da falta de recursos e de vontade política do governo federal. Cabe ressaltar, também, que tais dificuldades têm um componente ideológico, pois a ascensão dos grupos políticos conservadores na condução do país, vinculados à ideologia neoliberal, essencialmente individualista, é incompatível com a natureza comunitária (ou coletiva) do programa de microbacias, cuja continuidade tem ocorrido por iniciativa dos governos estaduais.

Um exemplo dessa organização pode ser encontrado no Programa de Microbacias Hidrográficas⁹, em execução em vários estados brasileiros. A proposta básica é que as práticas de conservação do solo, da água e das florestas, a definição das formas de ocupação do espaço e dos sistemas agropecuários a serem implantados obedecem a uma lógica comunitária, inclusive de alguns bens de produção, ainda que seja mantida a propriedade privada da terra. É, em essência, uma proposta de planejamento democrático.

Cabe salientar que esta modalidade de ocupação do espaço ocorre no âmbito do próprio sistema capitalista. Embora os resultados tenham demonstrado a possibilidade real de se obter maior produção e produtividade, aliadas à preservação dos recursos naturais, a disseminação dessa proposta enfrenta obstáculos estruturais determinados pelas relações capitalistas, socialmente hegemônicas na sociedade brasileira. O problema, via de regra, não está na falta de consciência ou de propostas dos agentes sociais; são os interesses privados, dominantes no plano econômico e político, que impedem o desenvolvimento dessas formas novas de produção.

As práticas preconizadas pelo Programa de Microbacias Hidrográficas permitem modificar substantivamente as relações do homem com a natureza. Não há outro modo de promover um intercâmbio positivo entre eles, a não ser através da transformação da natureza em bem público, o que a torna, ao mesmo tempo, produtora e produto de uma nova estrutura societária do homem. A organização democrática da economia e da política, assim como da cul-

tura em geral, é, portanto, condição essencial para materializar uma sociedade baseada na igualdade do poder e na institucionalização da hegemonia da esfera pública sobre a esfera privada. Esta transformação é um ato essencialmente político, que depende da ação humana conscientemente dirigida para a mudança das bases econômicas, políticas e ideológicas que sustentam a sociedade. Nela, a ação humana deverá pautar-se pela radical observância dos princípios que regulam o movimento da natureza. Por exemplo, sabe-se que a instalação de uma indústria vai necessariamente provocar uma alteração no meio ambiente. No entanto, se esta indústria for implantada de forma integrada à natureza, constituindo um sistema racionalmente definido, os problemas e os impactos ambientais podem ser contornados¹⁰. O que se está propondo não é a subordinação do homem à natureza como, de certa forma, ocorria nos primórdios da civilização. A idéia é constituir-se um sistema integrado em que as relações sejam de mútua colaboração.

¹⁰ Neste sentido, a humanidade já desenvolveu conhecimentos e metodologias, como os Estudos de Impacto Ambiental, capazes de conferir racionalidade às ações humanas sobre a natureza.

Não é possível evitar o movimento de transformação que se opera incessantemente na natureza e na sociedade, pois se trata de uma realidade ontológica. Assim também se define o trabalho humano, enquanto movimento necessário e operante sobre a natureza. Como a ação humana no processo de produção é sempre "*a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido*"¹¹, o surgimento de uma realidade nova é um produto necessário desta ação. O novo são os sistemas produtivos, de caráter público, social e naturalmente sustentáveis, baseados, portanto, nas necessidades humanas reais. É diferente o que ocorre nos sistemas de produção de caráter privado, em que "*a criação tecnológica passa a atuar independentemente de necessidades reais, sejam as dos consumidores, sejam as dos próprios compradores de tecnologia*"¹².

¹¹ SANTOS, Milton. Op. cit. p. 162.

¹² BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 100.

O progresso técnico deve atender às necessidades objetivas dos sistemas produtivos e não apenas servir de instrumento para substituir métodos e produtos, com o fim único de gerar valores-de-troca.

Tem-se colocado que os problemas ambientais ocorrem com a mesma intensidade nas sociedades socialistas. Isso é verdadeiro na medida em que estas sociedades se utilizam de sistemas energéticos e tecnológicos semelhantes aos do capitalismo. O exemplo mais vivo é o do uso da energia nuclear. É importante sublinhar, tam-

bem, que o conflito permanente entre os dois blocos provocou uma formidável corrida armamentista. Por outro lado, a afirmação é falsa porque é inegável que uma sociedade socialista contém as bases de uma relação diferente entre homem e natureza. Como se trata de um tipo de organização social que não tem o lucro como mola propulsora, não se verifica nem se estimula o consumismo desenfreado e a produção pode ser dirigida para atender às demandas de interesse coletivo. Além disso, a propriedade estatal dos meios de produção pode assumir mais facilmente a condição de bem público, se acompanhada de um sistema democrático de poder.

UTOPIA E CONHECIMENTO

A utopia não é o irrealizável; é a projeção de uma situação social desejada em relação a uma realidade existente, adversa e constrangedora. A criação de realidades utópicas faz parte da história humana e foram elas que balizaram, até agora, o progresso da civilização. A simples definição do ideal não é suficiente para transformar a realidade; é necessário que o ideal se articule com um processo de geração de conhecimentos e com a ação prática.

A tese aqui desenvolvida parte do princípio de que a questão ambiental pode ter outro tratamento se o contexto social onde está inserida for transformado qualitativamente. O movimento de transformação orientado por uma nova ética é um processo ao mesmo tempo teórico e prático. O que se quer assinalar é que se as ações não tiverem uma adequada sustentação teórica, mesmo que carregadas de boas intenções, certamente cairão num agir voluntarista e cego. O sentido da teoria é que ela permite determinar as condições e os limites da prática.

A compreensão da questão ambiental como totalidade é a premissa que fundamenta a possibilidade da transformação¹³. A totalidade é a categoria central de qualquer sistema conceitual que pretenda apreender a realidade como um todo uno e contraditório. É a categoria que permite superar a visão positivista do conhecimento que, ao considerar as ciências particulares como eticamente neutras e como compartimentos estanques, nada mais faz do que institucionalizar o *status quo*.

Cabe, aqui, um breve comentário sobre o papel da Ecologia enquanto ciência das relações entre seres vivos e o meio ambiente. Ela tem sido guindada à condição de ciência capaz de produzir conhecimentos globalizantes,

¹³ Ver KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

¹⁴ LUTZEMBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1976, p. 10.

que estabelecem uma "visão do Universo como esquema racional integrado"¹⁴. Sem negar a sua importância na formação da consciência sobre o caráter dos problemas ambientais e o seu mérito em tratar os fenômenos naturais como totalidade, é imperioso reconhecer sua incapacidade epistemológica para compreender que a relação entre homem e natureza, por ser histórica, é passível de ser transformada.

Por outro lado, as Ciências Sociais, com frequência acopladas ao modo capitalista de produzir (e de pensar), têm sido incapazes de incorporar a natureza em suas análises, tratando-a apenas como fonte de recursos que se dilui nas relações sociais. O equívoco é semelhante ao produzido pela Ecologia, em que o homem é reduzido às relações naturais.

O conhecimento que contém os germens da emancipação do homem (e da natureza) deve incorporar conhecimentos particulares produzidos pela Ecologia e pelas Ciências Sociais como elementos de uma síntese. O resultado não será a simples soma das partes; será qualitativamente diferente, capaz de perceber as relações sociais e naturais numa totalidade social concreta.

O que se necessita não é de uma visão conservacionista, que proponha superar o antropocentrismo, mas uma visão que leve ao antropocentrismo a modéstia de uma espécie que sabe que o seu poder é limitado, e cuja sobrevivência e projeto civilizatório dependem da base natural da Mãe-Terra¹⁵.

¹⁵ BUARQUE, Cristovam. Op. cit. p. 43.

Os movimentos ecológicos, como expressão prática dessa nova forma de conhecimento, assumirão uma dimensão política global, cujo alvo é a transformação da estrutura social capitalista. Além disso, o conhecimento científico deve ser produtor e produto de uma ética que afirme os valores básicos da sociedade e, sobretudo, reconheça a natureza como bem público. O homem conquistará definitivamente sua liberdade somente quando conseguir edificar uma sociedade cujo fundamento seja a igualdade de poder, única forma para estabelecer com a natureza um modelo de cooperação. Este é o desafio permanente.